

Arqueologia História

Volume nº 58|59 - 2006|2007

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses

In Memoriam

Teresa Gamito
João José Fernandes
Gomes



O Neolítico Antigo em Portugal Contributos para uma historiografia do tema

Mariana Diniz

Centro de Arqueologia
(UNIARQ).
Faculdade de Letras de Lisboa.
m.diniz@fl.ul.pt.

APRESENTAÇÃO ¹

Num momento em que o futuro parece tão incerto, pensar o Passado pode, a alguns, parecer um exercício ocioso. Um futuro incerto, no plano menor da actividade arqueológica em Portugal que, e apesar do espantoso crescimento da última década, parece refém de outras agendas e incapaz de, perante a hostilidade dos poderes com que se cruza, traçar o seu próprio rumo e capitalizar, através da divulgação da sua acção, o desejo de Passado que é vital a todos os Presentes.

Incerto o futuro, numa macro-escala, das sociedades ocidentais tais como as conhecemos, nas últimas décadas. Perante o colapso que os mais pessimistas, ou realistas, crêem inevitável assistir-se-á ao derradeiro estertor da Revolução Neolítica. As sociedades que dela emergem souberam produzir e acumular riqueza, gerar e canalizar mão-de-obra, explorar e fazer circular, a curta média e longa distância, matérias-primas e produtos acabados (alguns tóxicos, outros apenas opacos...), criar hierarquias e elites que alimentam o progresso e a interdependência dos mercados, mas parecem também, e com notável eficácia, incapazes de redistribuir a riqueza que geram, criando, por isso, multidões de excluídos que ambicionam o consumo desregrado, do qual não participam.

¹ O artigo que agora se publica corresponde, apesar dos pequenos cortes e das necessárias actualizações, ao capítulo 2, até ao momento inédito, da minha tese de doutoramento intitulada "O sítio da Valada do Mato, Évora: aspectos da neolitização no Interior/Sul de Portugal", já disponível na colecção Trabalhos de Arqueologia, do Instituto Português de Arqueologia.

Esquecidos, pelos herdeiros da Revolução Neolítica, os mais elementares princípios de solidariedade, as sociedades de caçadores-recolectores emergem como necessária utopia social, e a análise da Revolução Neolítica, ou dos processos de neolitização constitui, hoje, extraordinária metáfora de reflexão sobre diferentes mundos que se confrontam.

O contributo, que abaixo se apresenta, para a história da investigação sobre o Neolítico antigo, em Portugal, trata apenas da história escrita, nos últimos 150 anos, acerca dos, tristemente? vitoriosos, produtores de alimentos, e das distintas modalidades de análise deste momento, decisivo na construção do mundo moderno.

As etapas de uma genealogia Os primórdios, ou a materialização do Progresso.

Em Portugal, a história da investigação sobre o Neolítico remonta ao momento do estabelecimento e da afirmação da Arqueologia científica no país e, como sucede com outras temáticas, este campo de estudo foi inaugurado por membros da Comissão Geológica do Reino.

Os trabalhos realizados por Joaquim Nery Delgado (1867, 1884), na década de 60 do século XIX, nas grutas do planalto da Cesareda e na gruta da Furninha, Peniche, puseram a descoberto, sobretudo no último caso, entre um vasto espólio pertencente a diferentes cronologias, um significativo conjunto de materiais neolíticos, que o autor julgou pertencerem a uma etapa tardia deste patamar evolutivo.

Esses materiais provenientes dos entulhos, ou níveis superiores, constituíam matéria que, ao contrário dos depósitos quaternários, “(...) sae do dominio da geologia e entra nos limites da archeologia e da historia (...) e portanto objectos privilegiados de estudo para outros especialistas.” (Delgado, 1867, p. 52).

Estas primeiras referências a testemunhos, que sabemos hoje, dos inícios do Neolítico foram, na obra deste investigador, marginais. Os efectivos interesses de Nery Delgado estão, aliás, claramente explicitados nos títulos das suas obras. A notícia acerca das grutas da Cesareda é um estudo geológico relacionado com a antiguidade do Homem, tema que aliás prende “(...) tão vivamente a atenção dos geologos de todos os paizes (...)”, (Delgado, 1867, p. 1), e o texto dedicado à gruta da Furninha é, no Congresso de 1880, incluído na II Secção destinada a analisar “(...) l’age paléolithique en Portugal pendant l’époque quaternaire (...)” (Compte-Rendue du IX CIAAP, 1884).

O discurso acerca do Neolítico inaugura-se, assim, por um acaso e com um equívoco, as escavações, dirigidas por Nery Delgado, destinavam-se a recuperar o Homem paleolítico, e o carácter fundamentalmente funerário das ocupações holocénicas das cavidades passa despercebido, porque os restos antropológicos são entendidos como sinais de um arraigado canibalismo, comum a populações que se encontram nos primeiros degraus da escada da civilização (Diniz, 1994).

Ainda nesta fase inaugural da ciência arqueológica em Portugal, a identificação dos núcleos de povoamento neolítico, ao ar livre, nos arredores da Figueira da Foz, realizada por António dos Santos Rocha, nos finais da década de 80, pressagiava um desenrolar da investigação em torno deste tipo de realidades que não teve, infelizmente, sequência.

As recolhas de superfície então realizadas e a abertura de “valas” e “fossos” na Várzea do Lírio, no Vale da Junqueira e Forno da Cal, forneceram um conjunto de materiais pertencentes à “época neolítica”, então classificados como genericamente contemporâneos da utilização dos megálitos. Esta etapa teria o seu termo aquando da introdução do cobre, “Mas para o começo desse período [Neolítico] não temos ponto algum de referência dentro ou fora da área das nossas explorações. (Rocha, 1949, p. 233).

Para além da utensilagem lítica e do mais raro material cerâmico então recolhidos, a identificação de um fundo de cabana e a presença de animais domésticos, no Forno da Cal, forneciam importantes indicações acerca das estruturas habitacionais, e confirmavam o carácter produtor destas populações.

Os textos deste jurista incluíam, a par da descrição dos artefactos, um ponto dedicado à “Etnografia”, e abordavam um leque variado de questões que iam da antropologia física, à circulação de matérias-primas, à produção de alimentos e aos rituais funerários. A partir dos dados arqueológicos, lidos quer como presenças quer como ausências, passava à classificação e interpretação “funcional” dos sítios, como estações amplas de ocupação permanente, ou como pequenos sítios especializados na pesca, ou na obtenção de matérias-primas.

Santos Rocha reconhece, ainda, a impossibilidade efectiva, perante o estado do conhecimento na época, em estabelecer sequências cronológicas fiáveis. Um evolucionismo linear, assente na maior ou menor perfeição estilística dos artefactos encontrados, não lhe parece defensável, uma vez que alguns contextos possuem,

em simultâneo, artefactos de grosseira execução e outros de perfeito fabrico. Esta aparente contradição foi, nalguns casos, ultrapassada assumindo que as belas peças são importadas (Rocha, 1949, p. 233), ou que alguns artifices são, naturalmente, mais habilidosos que outros.

Alguns anos mais tarde, nas suas “Phases do neolítico em Portugal”, Santos Rocha (1908) discute e ensaia uma periodização, ortodoxamente tripartida, para esta etapa. Admite a existência de uma primeira fase, que seria a do “Começo do Neolítico” (p. 194), e onde, seguindo a posição de Carlos Ribeiro (1884), coloca os *kjoekkenmoeddings* do vale do Tejo.

Estações como a Várzea do Lírio seriam posteriores aos concheiros, porque possuíam cerâmica e pedra polida, e podiam ser atribuídas ao “Pleno Neolítico” que, no entanto, se encontrava particularmente bem representado em dólmenes e grutas. Esta etapa terminaria com a introdução do metal, no período “Cupro- Lítico”.

Estava assim criada, nos inícios do passado século, uma periodização para o Neolítico, que permitiria com o desenrolar da investigação de campo precisar, e caracterizar de forma substantiva, estes diferentes momentos.

No entanto, a qualidade da investigação, e o tipo de discurso arqueológico que este jurista produziu, e que não se esgota nos estudos acerca do Neolítico, não parecem ter tido seguidores, e se são menos óbvias as causas que ditaram o não sucesso do estilo de análise histórica que caracteriza os textos de Santos Rocha, e aos quais se pode reconhecer uma inegável modernidade, são mais claras as razões que justificam a falta de continuidade nos estudos acerca dos contextos habitacionais, das primeiras fases do Neolítico.

A efectiva dificuldade em identificar, através de prospecções superficiais, vestígios deste tipo de povoamento ficou bem patente durante a realização do levantamento arqueológico do Baixo Mondego (Vilaça, 1988), e no facto de só passados cerca de 80 anos terem sido identificados outras ocupações de ar livre, como a Cabranosa, no Algarve (Ferreira, 1970), ou os povoados da área de Sines (Silva e Soares, 1981), integráveis no mesmo universo cronológico e cultural que os sítios da Figueira da Foz.

Na transição da centúria, os estudos de um outro investigador incidem também, e ainda que periféricamente sobre esta temática.

O trabalho de Vieira Natividade sobre “as diversas

grutas do meu concelho” (Natividade, 1899-1903) apresenta, de forma muito nítida, alguns dos componentes estruturantes de um certo discurso, que sobrevive até quase finais do século XX, e que constituía uma das faces da arqueologia com maior impacto e visibilidade social.

Natividade pertence ao característico grupo dos eruditos locais, para quem os estudos arqueológicos, que podem possuir uma maior ou menor dimensão científica, são sobretudo um meio, e uma via, de enaltecimento de uma região, ou localidade.

E a escavação de grutas, nas paisagens onde estas existem naturalmente, revela-se uma das fórmulas mais eficazes de criar colecções de objectos que, organizadas segundo o quadro evolucionista adoptado pelas elites intelectuais, enriquecem as vitrinas dos museus e atestam a antiguidade do povoamento, num território específico.

Para Natividade, as cavidades de onde provem pouco, e grosseiro, material devem ser das “primeiras estações neolíticas” (1899-1903, p. 435), e podem, como a gruta III do Cabeço da Ministra, ser “(...) para além de uma estação tipicamente neolítica, no seu ponto mais fulgurante do seu máximo desenvolvimento, uma verdadeira habitação e verdadeira oficina”.

O abandono da gruta, como lugar de habitação, devia ter ocorrido num momento do Neolítico em que as populações que dominavam a agricultura constroem abrigos ligeiros, no entanto estranha o autor que estes grupos mais evoluídos possuíssem “(...) instrumentos de pedra(...) imperfeitíssimos em desenho e acabamento” (1899-1903, p. 454).

As origens do Neolítico são ainda um tema em aberto, mas “A colleção de Alcobça (...) ha-de (...) concorrer (...) para o estudo seguro da Pré-história nacional e ha-de definir se certos instrumentos são resultado do aperfeiçoamento local, ou se estão ou não relacionadas com estações mais ou menos afastadas.” (Natividade, 1899-1903, p. 461).

A Arqueologia que permite colocar questões tão específicas acerca das trajectórias históricas, e onde se prefigura já o dilema invenção-importação, faz parte de um cenário mental que “(...) me levou a vêr em cada gruta um altar em que posso venerar a sciencia (...)” (Natividade, 1899-1903, p. 463).

Porque as grutas continham os materiais necessários para a construção positiva do Passado, porque as grutas ilustravam a incessante evolução do espírito humano.

Desta primeira fase da Arqueologia pré-histórica, em Portugal, ficam para a posteridade sítios, alguns dos quais com um peso imenso no discurso arqueológico posterior, como é o caso dos estações da Figueira da Foz ou da Furninha, a constatação da intensa ocupação das grutas, e alguns conjuntos de materiais para o estudo do Neolítico português.

A classificação de uma estação faz-se de acordo com critérios tipológicos, e no quadro de um evolucionismo mais ou menos ortodoxo, a presença de determinadas categorias artefactuais, nomeadamente de cerâmica e de pedra polida, e a ausência de instrumentos metálicos, são considerados elementos decisivos para a integração de um sítio no período Neolítico. Exceptuando Santos Rocha faz-se pouca “etnografia”, ou esta é, muito mais que problematizante, essencialmente, descritiva.

Se os métodos utilizados para escavar os sítios nem sempre são claramente apresentados, a questão “tafonomica” não passou despercebida a estes investigadores. São várias vezes referidas as perturbações, de ordem natural ou humana, produzidas no passado ou em tempos mais recentes, que afectaram os sítios, e a imagem, por isso, alterada que o escavador pode recuperar.

Depois dos trabalhos inaugurais, de investigadores como Nery Delgado, Vieira Natividade ou Santos Rocha, seguem-se, no campo dos estudos sobre o Neolítico, improdutivos anos de quase total silêncio.

Figuras como Leite de Vasconcellos, com uma imensa actividade nas primeiras décadas do século, não revelaram particular interesse pelo tema que aqui se trata. Nas “Religiões da Lusitânia” (1897), o capítulo dedicado às “Ideias religiosas no período neolithico” é, de facto, uma extraordinária miscelânea de toda a informação especificamente arqueológica existente na época acerca de sítios, de artefactos ou de rituais, e do profundo conhecimento que este autor possuía do mundo clássico e do folclore europeu (Diniz, 2008).

A primeira metade do século XX, ou a longa noite histórico-cultural

Na década de 20, os textos de síntese produzidos por Mendes Corrêa são o espelho claro da estagnação, e até do retrocesso, da investigação em redor do tema. A periodização proposta por Santos Rocha foi desmantelada, e o Neolítico esvaziado de conteúdo arqueológico.

² Lateralmente, refira-se que muito mais rápidos foram os nossos vizinhos peninsulares a preencher esta lacuna...

Segundo Mendes Corrêa, o megalitismo arranca no Neolítico final, e “(...) muitas outras estações que passavam por neolíticas, foram mais remoçadas, sendo incluídas antes no eneolítico ou calcolítico (...) poucas ficaram no neolítico final. Dêste modo, não sobejam entre nós os documentos de valor paleontológico, cronologicamente intermediários entre os kjoekkenmoeddings do vale do Tejo e as estações portuguesas do neolítico final. Uma ampla lacuna existe também em Espanha entre o asturiense e a última fase do neolítico.” (Corrêa, 1924, p. 180)².

Estão, portanto, criadas as condições epistemológicas subjacentes ao não-discurso acerca do Neolítico que, de alguma forma, permanecerá até aos anos 70. Se alguns textos podem ser considerados seminais, porque criam novas linhas de investigação, outros, como este, parecem produzir o efeito contrário, e encerram por longos períodos a reflexão e a discussão em torno de algumas problemáticas.

A defesa de uma tardia introdução do Neolítico no espaço português, que justifica também a pouca expressividade dessa etapa no nosso território (Corrêa, 1928, p. 114), a ausência nesta fase de “(...) achados arqueológicos de vulto, como os que correspondem às fases seguintes (...)” (Corrêa, 1924, p. 216), retiram ao conceito o seu significado cultural, e condicionam a futura investigação pouco capaz de reconhecer traços de uma etapa que, oficialmente, não existia.

Para Mendes Corrêa, os inícios do Neolítico, no nosso território, assistiriam a uma mudança populacional, e ainda que reconhecendo a escassez, e a pouca qualidade, da informação disponível considera que o *Homo Taganus* foi substituído, porque se extingue ou porque é absorvido, por outras populações “(...) de tipos francamente caucasóides (...) talvez correspondente (...) à onda cultural que teria trazido a pedra polida, a agricultura, a domesticação de animais e até porventura os rudimentos da modelação cerâmica.” (1924, p. 216).

Este é, no entanto, um discurso sobretudo retórico, uma vez que a etapa mais antiga do Neolítico estava representada apenas na Várzea do Lírio, no Forno da Cal, e na sepultura da Quinta das Lages, na Ota.

Os principais elementos caracterizadores do Neolítico são já referidos como um bloco, mas “Quando, como e donde surgiu (...) a cultura neolítica, (...) eis um novo problema que, de resto se apresenta também obscuro para outros países.” (1928, p. 116).

A pertinência das questões que aqui são colocadas acerca das origens do Neolítico parece, no entanto, não

ter encontrado eco na actividade arqueológica posteriormente desenvolvida pelo próprio, ou por outros investigadores.

Outro tipo de silêncio rodeia a acção de Manuel Heleno, director do Museu Etnológico e catedrático da Faculdade de Letras, que entre as décadas de 30 e 60, é responsável pela identificação, e escavação, de um importante conjunto de sítios com ocupação neolítica, não produzindo, no entanto qualquer texto acerca destas estações, que se tornam do conhecimento público décadas mais tarde quando, num processo que, ainda hoje, não está concluído, diferentes arqueólogos publicam os dados, que conservou, inéditos.

Estão nestas circunstâncias, em Rio Maior, as grutas da Senhora da Luz, o Abrigo Grande das Bocas, e o povoado do Alto das Bocas. Estes sítios, escavados entre os finais da década de 30 e o princípio dos anos 40 (Carreira, 1994, p. 49; Araújo, 1993, p. 16), são publicados, pela primeira vez, em finais dos anos 70 (Gonçalves, 1978a; Gonçalves et al., 1987; Cardoso et al., 1996b).

Ao contrário de Heleno, funestamente célebre pelo seu secretismo (Gonçalves, 1978a; Zilhão, 1997, p. 13; Fabião, 1999), a “escola” dos Serviços Geológicos será, neste período, um dos mais activos centros de actividade arqueológica.

Os trabalhos realizados, entre 37 e 42, na Gruta da Nascente do rio Almonda (Paço et al., 1947), marcam o retomar da escavação de grutas, por parte dos funcionários dos Serviços Geológicos, que assumem a direcção das intervenções ou, como neste caso, colaboram com outros vultos, e outras instituições da arqueologia nacional.

Figuras como Georges Zbyszewski recuperam a antiga tradição arqueológica desta instituição, dedicada aos estudos geológicos. Tal como acontecera com os seus antecessores é o reconhecimento geológico do terreno que o coloca em contacto directo com as realidades arqueológicas.

Zbyszewski esteve envolvido nos trabalhos realizados, nos finais de 30, na Gruta da Nascente do Almonda e, quatro décadas mais tarde, nas intervenções efectuadas no habitat neolítico, ao ar livre, da Cabranosa (Zbyszewski et al., 1981).

Acerca da Gruta do Almonda, e apesar de, na publicação de 47, os autores reconhecerem que foi aí recuperado o mais vasto conjunto de cerâmica impressa com *Cerastoderma edule*, existente em Portugal, cerâmica que na época era já considerada um fóssil-director das

primeiras ocupações neolíticas peninsulares (Silva, 1999, p. 162), estes não hesitam, no entanto, em colocar a ocupação da cavidade no Bronze I Mediterrâneo.

A correcta classificação de parte dos materiais então exumados, e a sua integração no Neolítico antigo dá-se apenas em 1970, aquando da estadia, em Portugal, de Jean Guilaine.

O Neolítico não despertava, nem para Paço nem para Zbyszewski, qualquer interesse particular. Para o geólogo russo, os testemunhos paleolíticos ocupavam um lugar central na sua actividade como arqueólogo, enquanto o militar dispersava a sua atenção por todo o espectro da diacronia pré-histórica.

Desta pouca atenção que o tema recebe são exemplo as actas dos principais colóquios organizados nas décadas de 30 e 40. No XV CIAAP³ realizado em 1930, em Coimbra e no Porto, e no Congresso do Mundo Português realizado, em Lisboa, em 1940, o Neolítico não é objecto de qualquer comunicação.

Em 45, e no “âmbito de uma excursão geológica”, Carlos Teixeira, dos Serviços Geológicos de Portugal, toma conhecimento da existência de materiais arqueológicos, e restos humanos, no complexo de grutas de Eira Pedrinha, em Condeixa.

A presença de restos antropológicos leva a equipa dos Serviços a convidar Mendes Corrêa, director do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, para integrar o grupo. Os trabalhos então realizados são publicados, em 1949, na colecção Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal, que depois de um intervalo, de mais de 60 anos, volta a editar monografias de temática arqueológica (Côrrea e Teixeira, 1949).

O espólio recolhido durante as escavações é atribuído ao “Eneolítico”, e no comentário a materiais provenientes do mesmo conjunto de grutas e abrigos, depositados no Museu Machado de Castro, os autores referem a presença, entre outros recipientes decorados, de cerâmica cardial, e a semelhanças entre estes e alguns fragmentos provenientes do gruta do Almonda.

³ Ao contrário do IX CIAAP, que constitui no imaginário da classe um momento alto da ciência arqueológica em Portugal, o XV CIAAP, caiu no mais absoluto esquecimento, ainda que nele tenham estado presentes todas as, ou que viriam a ser, grandes figuras da arqueologia portuguesa da época, e algumas personalidades de renome internacional. Se tal se deve, sobretudo, a uma agenda excessivamente marcada por comunicações produzidas no âmbito de uma antropologia física de pendor racista que não teve, depois de 1945, sequência, este olvido é também o resultado da falta de intervenções de primeiro plano, que tornassem o Congresso uma referência obrigatória para as futuras gerações.

Não são tecidas quaisquer outras considerações, e tal como sucedeu com parte do espólio da gruta do Almonda é o trabalho de Guilaine e Ferreira (1970, p.314), que, pela primeira vez, atribui ao Neolítico antigo, parte do conjunto artefactual então recuperado.

Uma década mais tarde, a colaboração entre o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular e os Serviços Geológicos de Portugal volta a contribuir para a História do Neolítico. Entre 1958 e 1960, L. Albuquerque e Castro e Veiga Ferreira, contando com a colaboração de Camarate França e G. Zbyszewski, exploraram na periferia de Lisboa, na região de ponte de Lousa, o complexo arqueológico das Salemas.

Dos primeiros trabalhos realizados no lapiás, em 1957, “(...) em cata de antiguidades (...)”, dão conta Albuquerque e Castro e Veiga Ferreira, numa curta notícia onde apresentam um vaso de tipo neolítico recolhido no sítio, então, designado como Alto da Toupeira (Castro e Ferreira, 1959).

Dois anos mais tarde, têm início os trabalhos de escavação na gruta das Salemas. Ao contrário do acontecido no povoado, que foi apenas objecto de recolhas de superfície enquanto o lapiás ia sendo explorado como pedreira, a cavidade foi integralmente escavada.

O nível I da gruta, que contém enterramentos, é classificado como um nível neolítico, numa fase já evoluída, mas conservando tradições “(...) dum tardenoisense final.” (Ferreira, 1965, p.80), num artigo que é, de alguma forma, a matriz de muitas publicações que se seguem.

Trata-se, quase sempre, de pequenas notícias que dão, de forma sumária, uma descrição dos trabalhos efectuados, do espólio recolhido e que, por regra, terminam com a integração cronológica dos artefactos aferida a partir de uma listagem, mais ou menos longa, de paralelos conhecidos. Não são, por norma, abordados outros assuntos para além da filiação cronológica e cultural de alguns elementos da cultura material.

Em 1967, um novo texto de Ferreira e Castro apresenta, com maior detalhe, os materiais recolhidos no “povoado neo-eneolítico” das Salemas, então já irreversivelmente destruído pelos trabalhos da pedreira.

Ao nível da indústria lítica, reconhecem uma tradição arcaica no talhe da pedra, que prolonga os tipos frequentes nos concheiros mesolíticos do vale do Tejo, e que parte da cerâmica encontra paralelos nos materiais da gruta da Furninha, da gruta da Nascente do Almonda e da Casa da Moura. Referem, em simultâneo, a existência, nas Salemas, de materiais idênticos aos dos estratos pré-campaniformes do Zambujal e de Vila Nova de São Pedro.

A leitura conjunta destes dados transforma o sítio num povoado “neo-eneolítico” essa “(...) absurda expressão (...)” (Gonçalves, 1978a, p. 149), que comprimiu numa realidade obscura, e pouco coerente, todas as ocupações que contendo cerâmica não possuíam exemplares com decoração campaniforme.

Desde os trabalhos de Santos Rocha que não se tinha notícia de povoados, ao ar livre, que possuíssem ocupações pertencentes a etapas antigas do Neolítico, uma vez que da estação do Alto das Bocas conhecia-se apenas, e ainda hoje pouco mais se conhece, o nome e a adscrição, feita por Heleno (1956), do sítio ao Neolítico Puro.

Ainda na década de 50, é pela primeira vez escavada, a Sul do Tejo, uma gruta que contém materiais, hoje, integráveis no Neolítico antigo.

Os trabalhos de Eduardo da Cunha Serrão, na Lapa do Fumo, são o resultado de prospecções e reconhecimentos de terreno, realizados no concelho de Sesimbra, especificamente destinados a identificar património arqueológico na região, permitiram, acrescentar um outro ponto na carta de distribuição do povoamento da primeira etapa do Neolítico (Serrão, 1959, p. 337).

Os dois vasos globulares com decoração em espinha da Lapa do Fumo são classificados por Cunha Serrão, em 1959, e como se mostra na Estampa III, como antecampaniforme, pertencentes, portanto, a esse momento “neo-eneolítico”, também documentado em alguns materiais de Olelas, e da Senhora da Luz, em Rio Maior.

No estudo do sítio são, mais uma vez, os materiais cerâmicos que recebem atenção quase exclusiva. Como refere Serrão, a Lapa do Fumo “(...) oferece-nos um panorama de cerâmicas que poderá esclarecer muitos pontos obscuros deste capítulo tão atraente da arqueologia, capítulo de tal importância que, como é sobejamente sabido, há culturas que são apenas conhecidas pelas designações que os pré-historiadores deram aos vasos cerâmicos mais característicos.” (Serrão, 1959, p. 347).

Em finais dos anos 60, e após uma efectiva ausência, durante as primeiras décadas do século XX, de trabalhos sobre sítios com ocupações atribuíveis ao Neolítico antigo, o panorama pode assim resumir-se:

Das actividades realizadas por Manuel Heleno, que personifica a acção de duas instituições com responsabilidades na actividade arqueológica portuguesa, a Faculdade de Letras de Lisboa e o (hoje) Museu Nacional de Arqueologia, pouco ou nada se sabia.

Os trabalhos, muitas vezes em colaboração, dos investigadores do Centro de Estudos de Etnologia Penin-

sular, dos Serviços Geológicos de Portugal, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, associados por vezes a “eruditos locais” puseram a descoberto um leque reduzido de ocupações, quase sempre em gruta e de onde não se recupera, por norma, outra informação que não a artefactual.

Com alguma frequência, ao longo de todo o século XX, serão identificadas e, parcial ou totalmente, escavadas grutas naturais, como a Senhora da Luz, em 1936, o Abrigo das Bocas, em 1937, a gruta da nascente do Almonda, em 1941, o complexo de Eira Pedrinha, em 1949, a Lapa do Fumo, em 1957, a gruta das Salemas, em 1959, a Cova da Moura em 1961, a gruta do Escoural, em 1966, citando, apenas, os casos mais célebres.

Trata-se, portanto, de uma verdadeira “cultura das grutas”, ainda que este rótulo designe, para além, da efectiva utilização destas cavidades pelos grupos humanos do passado, especificidades da história da investigação, e da vocação dos seus praticantes, no Presente.

A escavação destas grutas tende a seguir uma lógica relativamente uniforme. Os primeiros depósitos são, quase sempre, definidos como nível I, ou nível superior, e, por regra, atribuídos a uma etapa “Neo-eneolítica”, que se estima rondar os 3000 a.C. e que integra um extenso lote de materiais - geométricos, pontas de seta, machados circulares e quadrangulares, enxós e goivas, dentes perfurados, e contas de pedra ou alfinetes de cabelo, placas de xisto e estatuetas em terra-cota – mas sem recipientes campaniformes.

Este depósitos – cuja incongruência é por vezes reconhecida – cobrem, nas grutas da Estremadura, níveis paleolíticos definidos a partir das tipologias líticas do Sudoeste francês.

Ao contrário de outros períodos da Pré-história, o Neolítico não contou, e numa sociedade feita, sobretudo, de iniciativas individuais, ainda que a mais das vezes sem continuidade, essa não é uma lacuna menor, com um investigador que dedicasse a sua carreira a este período.

Ainda que, por norma, as personalidades que praticavam a arqueologia não organizassem a sua investigação em torno de temáticas concretas, algumas realidades despertaram continuados interesses, mas não os vestígios das primeiras fases do Neolítico, que tendiam a ser marginalmente discutidos, por investigadores que cobriam com frequência amplíssimos espectros da diacronia humana, e que, em determinados momentos do seu percurso, terão identificado/escavado/estudado sítios com ocupação neolítica.

Este é um tópico, secundariamente, tratado e

abordado nos textos e, quase sempre, porque se encontra documentado em sítios, com longas, ou mesmo muito longas, sequências de ocupação.

Ainda assim, o artigo de Vera Leisner sobre “As diferentes fases do Neolítico em Portugal”, escrito em 1966, é, de alguma forma, um texto precursor, que podia ter orientado a pesquisa futura. Admite-se aí, de forma explícita, a antiguidade da cerâmica cardial e inventariam-se brevemente os sítios onde esta foi identificada, integrando-os na primeira fase do Neolítico ibérico.

No entanto, o facto de ter sido originalmente publicado em alemão, e só traduzido para português em 1983, quando estava, em grande parte, ultrapassado, deve justificar o escasso eco que conheceu. De entre os autores que, na década de 70 e 80, se dedicam ao Neolítico, apenas J. Arnaud, no seu trabalho de 1982, o cita.

Não existiu, portanto, até finais do século XX, uma linha, ou sequer uma tradição, de estudos sobre o Neolítico.

A falta de profissionalização daqueles que se dedicavam à Arqueologia, e a consequente falta de especialização (Zilhão, 1997, 2, p. 12), associadas a um débil investimento por parte do Estado, que dispensava o Passado remoto enquanto fonte de legitimação política e social (Fabião, 1996), são, em grande medida, responsáveis pela produção de um discurso arqueológico essencialmente descritivo, e no que toca ao período Neolítico um discurso, mais do que artefactualista, ceramográfico.

Como refere Savory, na introdução de *Espanha e Portugal* “Uma outra razão prática do tratamento da Pré-história peninsular num único volume relaciona-se com a situação relativamente rudimentar do assunto, consequência natural do próprio atraso e isolamento económico da Península nos últimos tempos.” (1971, p. 23).

No entanto, nos finais dos anos 60, em Portugal, não é só o estado da investigação sobre o Neolítico que sofre de “atraso e isolamento”, é o próprio País.

O momento da ruptura, ou a Revolução no Neolítico

Este isolamento foi, na história da investigação acerca do Neolítico, quebrado, de forma definitiva, com a vinda a Portugal, em 1969, de Jean Guilaine.

Em 72, num texto assinado pelo “Grupo do Bombaral” e por Veiga Ferreira, escreve-se que “Desde os vasos da Gruta da Furninha (...) até à descoberta do vaso da Gruta das Pulgas (...) os conceitos sobre o Neolítico português têm evoluído duma maneira extraordinária” (Côrtes et al., 1972, p. 233).

Ao invés, pode antes dizer-se que os conceitos pouco, ou nada, evoluíram até aquele que foi, de facto, um momento de ruptura, e de inauguração do discurso moderno sobre o Neolítico na arqueologia portuguesa, que se opera quando é publicado, em 1970, por Jean Guilaine e Veiga Ferreira, o artigo de revisão, síntese, e problematização do Neolítico antigo em Portugal.

A escassez de dados disponíveis para tratar o tema é expressamente referida (Guilaine e Ferreira, 1970, p. 304), mas e apesar da exiguidade da informação tratada, com este texto o Neolítico antigo ganha autonomia cronológica e cultural. A presença do arqueólogo francês foi absolutamente decisiva para o abandono do velho hábito de atribuir ao “Neo-eneolítico” a totalidade dos horizontes que possuíssem cerâmica “pré-campaniforme”. Sítios ou materiais há muito conhecidos são, pela primeira vez, correctamente classificados e integrados no Neolítico antigo, etapa que se subdivide, depois, em dois momentos principais.

É, também, apresentada a primeira carta de distribuição do povoamento do Neolítico antigo, em Portugal, e estabelecem-se alguns postulados fundamentais para a futura investigação: a distribuição costeira do povoamento antigo, a foz do Mondego como limite setentrional dos avanços cardiais, o isolamento geográfico dos materiais do Escoural, e a colonização dos territórios de interior numa fase megalítica.

As alterações no discurso arqueológico que resultam desta colaboração estão bem patentes no texto que Veiga Ferreira apresenta, ainda em 1969, às I Jornadas Arqueológicas, no qual refere o debate com “(...) especialistas peninsulares e franceses (...)” (p. 233), e onde o Neolítico antigo é tratado como uma etapa específica, e comentada a existência de diferentes áreas culturais na bacia do Mediterrâneo.

É, igualmente, apresentada uma seriação cronológica deste período, que segue, no essencial, a produzida em parceria com Guilaine e, então, ainda inédita.

Com base nos materiais cerâmicos, Veiga Ferreira define quatro fases: “A primeira post-mesolítica ou post-culturas do Mesolítico costeiro ou ocidental dos Vales do Tejo e do Sado; a segunda, constituída pela cerâmica cardinal, embora rara; a terceira, pelas cerâmicas incisas do tipo Furninha, Casa da Moura (Cesareda), Almonda, Bugalheira, Bocas I, Pedreira das Salemas, etc; a quarta e última fase seria, justamente, ocupada pela cerâmica com “falsa folha de acácia” (1969, p. 234).

E, nos primeiros anos da década de 70, são nítidas

as consequências da estadia de Jean Guilaine, reflectidas num multiplicar de artigos de revisão de materiais, sítios, e níveis, “neolíticos”, que surgiam agora aos olhos dos arqueólogos portugueses como neolíticos e já não como “neo-eneolíticos”.

Estão nestas circunstâncias, ainda em 70, o texto dedicado à ocupação detectada na ponta de Sagres, por Veiga Ferreira, e a primeira apresentação, por Farinha dos Santos, ao II Congresso Nacional de Arqueologia, das cerâmicas cardiais provenientes das escavações realizadas, em 1963, na gruta do Escoural. Em 1972, Veiga Ferreira associa-se à revisão dos materiais neolíticos de Santa Olaia, à publicação dedicada ao nível neolítico da gruta das Salemas, e ao artigo onde se apresentam dois vasos raros do Museu do Bombarral.

No trabalho dedicado, por Albuquerque e Castro e Veiga Ferreira, ao “nível neolítico da Gruta das Salemas”, inicialmente apresentado ao Colóquio Portuense de Arqueologia e tardiamente publicado, em 1972, na revista *Arqueologia e História*, os autores definem o que, na época, podia ser o estatuto do Neolítico, um “(...) período pré-eneolítico e pós-mesolítico (...)”. (Castro e Ferreira, p. 1972, p.407).

O Egipto é, ainda, a fonte de referência cronológica, mas envolta numa polémica, mais que científica pessoal (1972, p. 409), é publicada a primeira datação absoluta para um contexto do Neolítico em Portugal, com um resultado de 6320 ± 350 BP, obtido sobre madeira carbonizada recolhida nas sepulturas identificadas na Gruta.

Ainda que o Neolítico seja definido como qualquer coisa entre dois momentos bem caracterizados, o Mesolítico dos concheiros e a Cultura do Vaso Campaniforme, esta leitura traduz uma nova concepção desta etapa crono-cultural.

O mesmo pode ser observado no artigo dedicado a “dois vasos raros do Museu do Bombarral”. Esse curtíssimo texto, um paradigma da arqueologia “ceramográfica”, possui para a história do Neolítico uma importância muito acima da sua dimensão.

Escreve-se que “Torna-se necessário fazer um estudo de conjunto sobre o Neolítico português (...) Aguardamos, no entanto, que mais elementos surjam, em especial, na utensilagem lítica, adornos, motivos religiosos, necrópoles e, sobretudo, no “habitat”.” (Côrtes et al., 1972, p. 233).

Faltava, portanto, quase tudo, para discutir o Neolítico português, e pela primeira vez é claramente referida a escassez de informação acerca dos sítios de habitat.

Ainda em 1971, na publicação do “Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo”, Cunha Serrão e Gustavo Marques referem a existência na base da estratigrafia de uma “Bolsa com areias acinzentadas, contendo fragmentos de cerâmica com decoração impressa (ausência do tipo clássico cardial).” (p. 127). Este nível pertenceria “(...) pelo tipo da cerâmica (...) a uma fase antiga do Neolítico (...)”. (p. 127).

A menção à presença/ausência de cerâmica cardial, a utilização das cerâmicas impressas como elemento de definição cultural, e a referida necessidade de conhecer também os povoados e não só as necrópoles, constituem óbvios indicadores do novo discurso.

Serrão e Marques (1971) optam por criar uma outra terminologia, e inscrevem este ““Neolítico I ou Antigo”” (p. 140) no ““Neolítico Primário Ocidental”” (p. 141). Esta procura de outros rótulos, que não os usados pela dupla luso-francesa, está ainda presente na periodização sobre o Neolítico e o Calcolítico, (re-)apresentada em 78, por Cunha Serrão, onde nomeia, criando uma expressão que não teve qualquer sucesso, a primeira etapa do Neolítico como “Neolítico inferior” (Serrão, 1979, p. 149).

No entanto, e após esta primeira movimentação, o panorama geral não sofreu alterações de monta.

Um habitat de ar livre como o da Ponta de Sagres não foi objecto de qualquer escavação, o ritmo de identificação de novas grutas decresceu significativamente, e não se acrescentaram os novos dados, e os dados de outra natureza, indispensáveis para a construção de um discurso que ultrapassasse as listagens de materiais.

O Neolítico antigo em Portugal continuará a ser uma etapa particularmente mal conhecida, identificado sobretudo em grutas, com complexas sucessões estratigráficas e um acentuado grau de perturbações pós-deposicionais, onde, na maior parte dos casos, não é possível recuperar outro tipo de informação que não a artefactual.

Disso são claros exemplos os capítulos dedicados ao Neolítico nas obras de síntese que tratam o Portugal Pré-histórico, publicadas nos inícios dos anos 70/80 (Santos, 1972; Ferreira e Leitão, 1981). Por isso, em finais de 70, pode escrever-se que “(...) ignora-se ainda a verdadeira extensão e as incidências do Neolítico em Portugal (...)”. (Gonçalves, 1978a, p. 150).

A modernidade ou a emergência de uma Nova Arqueologia

Nos finais dos anos 70, inícios da década de 80 assiste-se, no quadro amplo das profundas transformações que Portugal conheceu após a Revolução de 1974, a uma renovação e modernização da Arqueologia portuguesa.

Projectos como o da barragem do Fratel (Baptista, 1981) ou o do Gabinete da Área de Sines (G.A.S.) (Silva e Soares, 1981), são o reflexo não só da presença, no terreno, de uma nova geração de arqueólogos, mas também de uma nova forma de fazer arqueologia.

Os trabalhos realizados, entre 1972 e 1977, pelo Grupo de Trabalhos de Arqueologia (G.T.A.) do G.A.S., pioneiros ao nível da filosofia que os orienta, dos meios empregues e da dimensão atingida, representaram um marco na história do Neolítico em Portugal. Pela primeira vez, no século XX, ou mais exactamente em toda a história da arqueologia portuguesa, são escavados, em extensão povoados ao ar livre, contendo estruturas habitacionais integráveis no Neolítico antigo.

A constituição e os objectivos da equipa interdisciplinar associada aos trabalhos arqueológicos, demonstrava claramente a existência de uma nova agenda, onde se pretendia ultrapassar a clássica aproximação artefactual ao Passado, e por isso estavam presentes, para além dos arqueólogos, técnicos de áreas como a geologia, a topografia, a pedologia, a sedimentologia, a conservação e o restauro, com um programa completo de prospecção, escavação, tratamento de dados, salvaguarda e divulgação da informação.

As primeiras notícias acerca destes trabalhos, apresentadas nas III Jornadas Arqueológicas, ainda em 77, e depois no Porto, em 1978, contêm já os elementos estruturantes do que virá a ser, ao longo das décadas seguintes, o discurso de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (1979), acerca do Neolítico antigo da Costa Alentejana.

Do conjunto de estações identificadas destacam-se desde logo dois sítios, Vale Pincel I e Salema, que correspondem, segundo os autores, a dois momentos bem diferenciados da diacronia da primeira etapa do Neolítico. Vale Pincel I representa uma fase plena do Neolítico antigo, a Salema uma ocupação do Neolítico antigo evolucionado. Esta periodização obteve-se, dada a escassez de matéria orgânica que não permitiu a realização de datações absolutas, a partir de critérios tipológicos e ecológico/espaciais.

Nos cerca de 40 m², então, escavados em Vale

Pincel, e nos cerca de 100 m² escavados na Salema, escavações cuja extensão não possuía, à época, paralelos no panorama português ou mesmo peninsular, foram pela primeira vez, em Portugal, identificadas estruturas domésticas em espaços habitacionais.

Os dados provenientes destas intervenções associados à pouca, informação proveniente dos sítios da Figueira da Foz ou da ponta de Sagres, estabelecem o modelo acerca do povoamento do Neolítico antigo, em qualquer uma das suas fases.

Este povoamento deve fazer-se em sítios planos, amplos, abertos, sem condições naturais de defesa, implantados sobre solos leves e arenosos, onde se edificam estruturas frágeis, em materiais perecíveis. Ocupados por sociedades igualitárias estes sítios traduziam a lenta aculturação das populações mesolíticas locais, e a ausência de rupturas com momentos anteriores (Silva e Soares, 1981, p. 45).

Este discurso “indigenista”, absolutamente coerente com o momento político que fazia um processo de condenação absoluta sobre qualquer forma de colonialismo, permanecerá nos textos posteriores que os autores dedicarão ao Neolítico antigo da Costa Sudoeste.

A não conservação de matéria orgânica nestes contextos, à parte alguns carvões em Vale Pincel I, fez permanecer, no entanto, em aberto questões decisivas acerca das actividades económicas destas populações.

Se estes sítios acrescentam, ao banco de dados, o conhecimento de algumas das estruturas existentes em espaços domésticos, a ausência de informação de outra natureza não permitiu datar cronometricamente estas ocupações, e os sub-sistemas paleo-económicos puderam apenas ser indirectamente caracterizados, o que prolonga a natureza, sobretudo, artefactualista do discurso, apesar da constituição pluridisciplinar da equipa que assumiu o projecto.

No entanto, e uma década após a publicação, por Guilaine e Veiga, da carta dos sítios com cerâmica cardial, os trabalhos de Tavares da Silva e Joaquina Soares introduzem uma importante alteração na distribuição geográfica do povoamento do Neolítico antigo em Portugal. A Costa Sudoeste passa a fazer parte integrante desta História, e cria-se uma cartografia que, com pequenas alterações, se mantém até aos primeiros anos da década de 90.

Em 1970, Guilaine e Ferreira tinham defendido “(...) l’existence d’un fonds cardial assez important au Portugal.” (p. 319), mas, nos finais da década, esta ideia conhecia activos opositores, que discutiam o papel da

cerâmica cardial enquanto fóssil-director da etapa, atendendo à sua escassa presença no território português.

Escrevia-se então “Começa a figurar-se na orla marítima do Sul de Portugal um Neolítico Antigo caracterizado pela escassa representatividade do cardial (...)”. (Gomes et al., 1978, p. 46), “(...) verifiquei, com certa surpresa, que, ao contrário do que habitualmente se afirma, a cerâmica com impressões de *cardium* é bastante rara entre nós (...)” (Gonçalves, 1978a, p. 148), “(...) pois a cerâmica cardial constitui uma rara presença, o que aliás se verifica em relação ao resto do país (...)” (Silva e Soares, 1981, p. 98).

Confirma-se, assim, a ideia expressa na alínea 2.3 das “Conclusões relativas ao Neolítico e Calcolítico em Portugal”, aprovada, em Abril de 1978, nas Actas da 1ª Mesa Redonda dedicada ao tema, “Verifica-se a existência provável de um Neolítico antigo em Portugal, constituído por cerâmicas impressas e escassamente incisais, no qual as cerâmicas decoradas com técnica cardial aparecem em menor percentagem, o que poderá vir a refutar a existência de um “horizonte cardial” no Neolítico antigo português (...)” (Actas d’O Neolítico e o Calcolítico em Portugal, 1979, p. 228).

A partir deste momento, e pelo espaço de uma década, tornou-se praticamente consensual atribuir pouca importância à cerâmica cardial, não se negando, no entanto, a antiguidade relativa desta técnica decorativa.

Entre os finais dos anos 70 e até 1983, a investigação em torno do Neolítico antigo conheceu grande actividade. Publicam-se novos dados que, contrariando a tradição, provêm de sítios de habitat ao ar livre, como Vale Pincel I, Vale Vistoso, Salema (Soares e Silva, 1979; Silva e Soares, 1981), Caramujeira (Gomes et al., 1978), Cabranosa (Zbyszewski et al., 1981), revêem-se, ou publicam-se, antigas colecções como as da Figueira da Foz (Jorge, 1979), das grutas de Alcoaça (Gonçalves, 1978b), do Abrigo de Bocas I (Gonçalves et al., 1987), apresentam-se programas de estudo (Gonçalves, 1978a), e são apresentados modelos de neolitização para o território português (Arnaud, 1982).

Esta actividade fica, em parte, expressa na participação portuguesa nos dois colóquios internacionais dedicados ao Neolítico Antigo, realizados em Montpellier, em 1981 e em 1983.

No “Colloque Neolithique Ancien”, J. Morais Arnaud (1982) publica aquele que é o primeiro modelo explicitamente elaborado para explicar a neolitização no sul

do território português. Este modelo, construído em moldes estritamente processuais, traduz a adesão do autor aos princípios da *New Archaeology*, que então atingia parte significativa da comunidade dos pré-historiadores portugueses.

Ao contrário da produção bibliográfica das décadas anteriores, que assentava na descrição e classificação de um sítio ou de um lote de materiais, Arnaud pretende discutir “(...) modèles globaux explicatifs du processus de néolithisation (...)”. (1982, p.29).

O autor depois de apresentar, numa clara perspectiva sistémica, a realidade empírica disponível, discute dois modelos de neolitização alternativos, cuja função, atendendo ao grau de informação existente, é mais “(...) exploratoire qu’explicatoire.”(p.46).

Ao longo do texto são decisivas, na análise dos comportamentos humanos do Passado, duas variáveis que a Nova Arqueologia consagrou, o meio ambiente e o sub-sistema económico que assumem um peso determinante nestas leituras “bio-economicistas”.

Definidas as variáveis em acção pretende-se “(...) modeler le comportement territorial des communautes des chasseurs-cueilleurs (...)”.(p.44), em função de estímulos que podem ser externos/internos ou combinados e que provocam a reorganização do sistema. As hipóteses apresentadas, não só em versão narrativa, mas também sobre a forma de modelizações gráficas da realidade, devem ser aceites ou corrigidas de acordo com os resultados da futura investigação.

O modelo dual de Arnaud, que admitia, para justificar a primeira etapa do processo de neolitização deste território, a fixação de comunidades alógenas na Costa Sudoeste, ou em alternativa o estabelecimento de “contactos” entre os indígenas mesolíticos e grupos de “navegadores” neolíticos, não levantou polémica entre uma comunidade arqueológica que adoptava, para explicar a origem do Neolítico, um indigenismo moderado.

Na bibliografia deste artigo constam, com um peso significativo e a par dos trabalhos de outros arqueólogos ibéricos e franceses que constituíam o enquadramento científico tradicional, autores anglo-saxónicos, muitos deles directamente envolvidos na criação da Nova Arqueologia, e que pressagia o domínio futuro da bibliografia de língua inglesa entre os pré-historiadores portugueses.

A longa etapa histórico-artefactualista parece, definitivamente, ultrapassada. A abordagem paleo-económica da escola de Higgs, ou do trabalho de David

Clarke, a perspectiva antropológica de aproximação ao Passado, a introdução da Teoria dos Sistemas na análise do comportamento dos grupos humanos, presentes no texto de Arnaud, tornam-se os eixos de organização do discurso, na década seguinte.

Esta dinâmica, no entanto, diluí-se ao longo da década de 80. Concluem-se os trabalhos de escavação na Área de Sines, o sítio da Caramujeira não volta a ser intervencionado, e as novas escavações na Cabranosa, limitadas a uma área de 9 m², confirmam, apenas, o carácter “cardial” do sítio. Não se obtêm datações absolutas, não se dispõe de matéria orgânica, não se prosseguem as escavações em extensão que permitiriam conhecer a organização interna dos lugares habitacionais.

A história do Neolítico antigo continua, em grande medida, a escrever-se a partir dos dados da cultura material, e dentre estes os recipientes cerâmicos e as suas técnicas decorativas continuam a ocupar um lugar de destaque.

Os finais do século ou a nova pluralidade do Neolítico Antigo

Em 1992, a publicação de João Zilhão, acerca do Neolítico antigo da gruta do Caldeirão, abre uma nova etapa no debate.

Se os dados provenientes dos horizontes do Neolítico antigo, conservados na cavidade, não são em si mesmos revolucionários, o aproveitamento que deles foi feito, e o discurso que a partir deles se produziu conduziram os estudos acerca do Neolítico antigo, em Portugal, para um outro patamar teórico-metodológico.

Datam-se pela primeira vez, em Portugal, restos de animais domésticos do Neolítico antigo (Zilhão, 1988), e a informação acerca das ocupações neolíticas, ainda que numericamente pouco expressiva, foi sujeita a uma exaustiva análise transdisciplinar, materializada nos 10 anexos com que termina a monografia do sítio (Zilhão, 1992).

Ao contrário de J. Arnaud que, em 1982, não optou por nenhum dos modelos de neolitização que definiu, em 92, João Zilhão considera reunidos os dados suficientes para a apresentação um modelo de neolitização, para o Sul de Portugal, apoiado na difusão démica de pequenos grupos cardiais, criadores de colónias, em territórios desocupados.

Nos anos seguintes, e na linha dos textos produzidos

pelo grupo de Valencia (Forteza Perez e Martí Oliver, 1984-85), Zilhão revê criticamente os contextos e as sucessões estratigráficas de sítios e/ou materiais atribuídos ao Neolítico antigo (1993, 1998). De entre estes trabalhos, destaca-se o artigo no primeiro número da Revista Portuguesa de Arqueologia, onde o autor avança com uma interpretação para as datações absolutas obtidas para o sítio de Vale Pincel I, distinta da proposta pelos escavadores do sítio (1998).

A polémica Zilhão/Silva-Soares, um reflexo nacional dos confrontos entre difusionistas e indigenistas que animaram o debate sobre a neolitização do espaço peninsular, ficou registada no debate acontecido no II Colóquio Internacional de Megalitismo, realizado em Monsaraz, em Maio de 2000 (Gonçalves, 2003b).

Ao mesmo tempo que decorre a discussão entre difusionistas e indigenistas, os anos 90 assistem a um outro movimento paralelo, que permitiu redefinir as coordenadas espaço-temporais do Neolítico antigo, em Portugal.

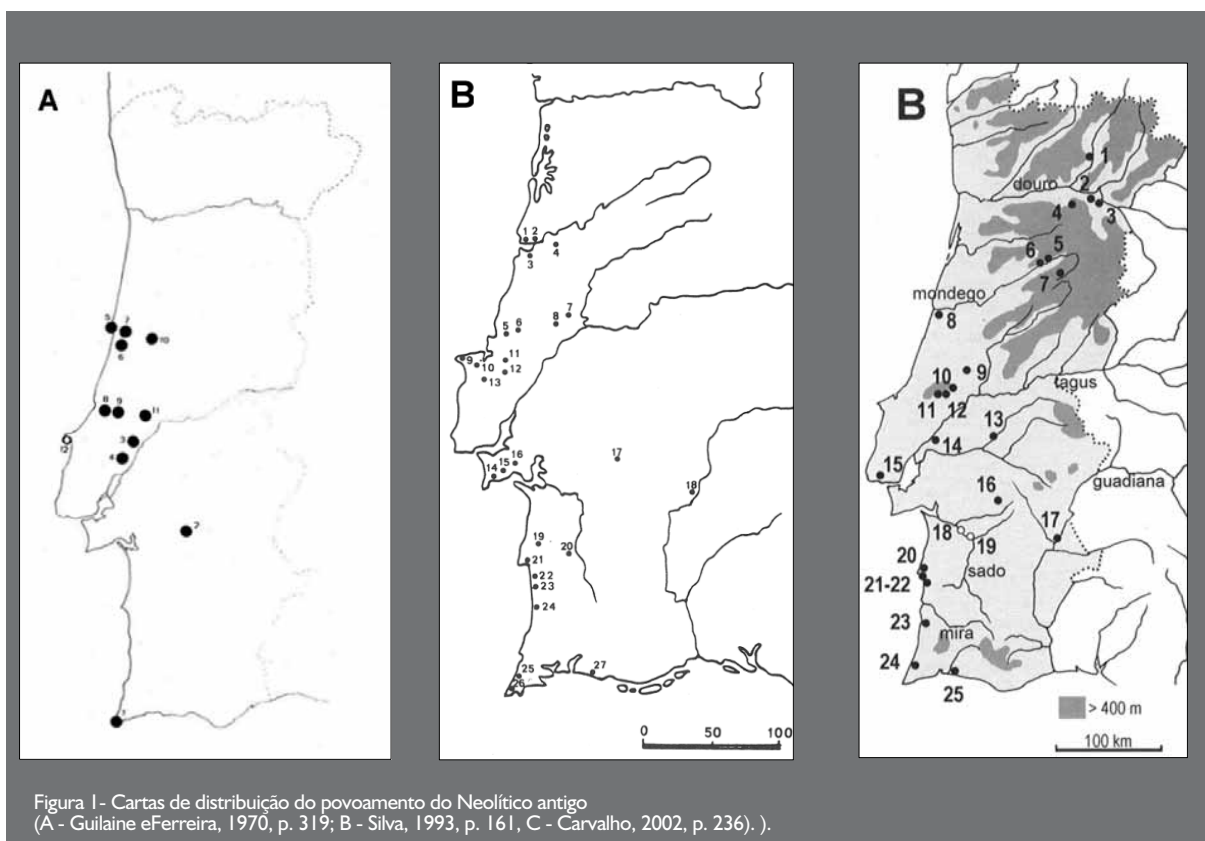
Ao longo da década passada, foram apresentados resultados provenientes de distintos projectos de investigação que incidiram sobre o Neolítico antigo, e no âmbito dos quais foram identificados/escavados novos sítios, e/ou estudadas antigas colecções depositadas

em museus, que permaneciam total ou parcialmente inéditas, e obtidas datações absolutas para um número significativo de contextos.

A ampliação da base de dados é visível na nova carta de povoamento do Neolítico antigo, e no conseqüente abandono, por desadequados, de uma série de paradigmas acerca desta etapa crono-cultural (Fig. 1).

No Maciço Calcário Estremenho, as sistemáticas prospecções, realizadas pela STEA, levaram, para além da realização de novas escavações em estações já identificadas, mas mal conhecidas como a gruta do Almonda, (Zilhão et al., 1991), à identificação de um conjunto de sítios como o Abrigo da Pena d'Água, e o Laranjal do Cabeço das Pias (Carvalho, 1998b, p. 40; Carvalho e Zilhão, 1994, p.61), que estão na origem do primeiro modelo crono-estratigráfico para a região (Zilhão e Carvalho, 1996), assente em duas fases, que os autores definem como Neolítico cardial e Neolítico epicardial.

A raridade dos dados paleo-económicos não impede os autores de, e ao contrário da "voz corrente", admitir um carácter plenamente agro-pastoril para estas populações (1996, p.659), de acordo com o modelo explanativo já apresentado por Zilhão, em 1992.



Na península de Lisboa, Teresa Simões iniciava escavações em São Pedro de Canaferrim, junto ao Castelo dos Mouros, na Serra de Sintra. A “(...) originalidade da implantação no terreno (...)” (1999, p.13) registada em S. Pedro, um sítio de montanha, onde estão disponíveis para ocupação pequenas plataformas de difícil acesso, e onde o armazenamento em estruturas negativas teve um papel evidente, contrastava de forma nítida com o modelo de povoamento, até então admitido, para o Neolítico antigo, que se restringia à ocupação de zonas planas, abertas sobre solos arenosos e sem condições naturais de defesa.

Ao mesmo tempo que os habitats estremenhos demonstravam a existência de estratégias de implantação no espaço que não seleccionaram zonas planas e abertas, foi também ultrapassada uma outra imagem clássica acerca da distribuição do povoamento dos primeiros produtores.

Debilmente acumulavam-se sinais de uma penetração antiga no Interior/Sul de Portugal. O sítio de Pipas, em Reguengos de Monsaraz, identificado e sondado por Joaquina Soares e Tavares da Silva (1992), é a partir da tipologia dos materiais recolhidos, alguma cerâmica impressa e micro-utensilagem sobre sílex, adscrito a uma etapa inicial do megalitismo da região.

As anteriores, e brevíssimas, referências que já haviam sido feitas acerca de alguns materiais cerâmicos, com decoração impressa e incisa, provenientes do povoados dos Almendres atribuídos, com reservas, por Varela Gomes ao Neolítico médio (Gomes, 1989, p. 264), não provocaram significativas alterações no discurso que, continuou a considerar a ocupação neolítica do interior alentejano como um fenómeno tardio.

São as prospecções realizadas por Manuel Calado (Calado e Sarantopoulos, 1996), nos arredores de Évora, que permitiram identificar, na área, uma densa mancha de sítios ao ar livre com materiais atribuíveis ao Neolítico antigo, e que fizeram antever o significado histórico, e a efectiva dimensão, dessa ocupação de que os resultados das escavações na Valada do Mato (Diniz, 2007), constituem o mais claro testemunho.

Este mesmo cenário foi confirmado, em Reguengos de Monsaraz, em resultado dos trabalhos realizados por Victor Gonçalves nos sítios da Carraça I, Xarez 4, Fonte dos Sapateiros e Xarez 12 (Gonçalves, 2002a).

Ao longo dos anos 90, e em sintonia com os resultados de projectos de investigação que incidem sobre o interior peninsular, foram igualmente identificados nas Beiras, e a norte do Douro, sítios, níveis e materiais integráveis numa fase antiga do Neolítico, na maior parte dos casos impossível de datar absolutamente, mas sempre considerada pré-megalítica.

Ocupações como as registadas no Buraco da Pala (Sanches, 1997), no Prazo (Monteiro-Rodrigues, 2000), nas Quebradas e na Quinta da Torrinha (Aubry et al., 1997b, p.183 - 194; Aubry e Carvalho, 1998; Carvalho, 1999), na Quinta da Assentada, no Buraco da Moura de S. Romão, Penedo da Penha I e Quinta do Soito (Valera, 1998; 2002), ou no habitat das Carriceiras (Senna-Martinez e Estevinha, 1994), comprovam que também no interior de Portugal, neolitização e megalitismo são dois fenómenos, cultural e cronologicamente, diferenciados, e permitem contextualizar num novo cenário crono-cultural dados como os provenientes do Abrigo da Fraga d’Aia (Jorge et al., 1988a; Jorge et al., 1988b; Jorge, 1991), e do habitat da Lavra (Sanches, 1988).

A partir desta informação, as linhas de debate, e as problemáticas em discussão, ampliam-se de forma irreversível. A neolitização enquanto processo, e o Neolítico antigo enquanto etapa histórica não se restringem aos corredores litorais, e a costa atlântica do Sul de Portugal já não constitui o único cenário geográfico da movimentação dos primeiros grupos agro-pastoris.

Os caminhos do interior terão conhecido, ainda na primeira fase do Neolítico, um movimento, eventualmente ténue, mas seguramente superior ao, até há pouco, estimado, e apesar do número de prospecções realizadas, a escassez de dados relativos a uma ocupação mesolítica desses territórios sugere uma efectiva “colonização” neolítica, das terras de interior, muito mais rápida do que a inicialmente prevista. O vazio pré-megalítico no interior residia apenas em falhas de natureza arqueográfica e não em lacunas historiográficas.

O povoamento da primeira fase do Neolítico sabemos-lo hoje não se restringe a corredores litorais ou ao vale de grandes rios como o Ebro, e informações, ainda que esparsas provêm agora de áreas tradicionalmente consideradas retardatárias no que toca ao processo de neolitização como a Meseta, a Galiza, ou a região Cantábrica.

No extremo Sul, os trabalhos desenvolvidos pela

equipa de Nuno Bicho (Bicho et al., 2000, 2003) permitiram colocar, cronometricamente, no Neolítico antigo ocupações em sítios de tipo concheiro, como Vale Santo I ou Ribeira de Alcantarilha, que forneceram para além de fauna malacológica, escassa cerâmica impressa.

Ao longo dos anos 90, e para além da nova informação resultante de trabalhos de terreno, foram obtidas datas, e revistos e/ou publicados, pela primeira vez, dados provenientes de antigas escavações que permaneciam, total ou parcialmente, inéditos, como acontecia com os materiais neolíticos da gruta da Furninha (Diniz, 1994), do Abrigo Grande das Bocas (Carreira, 1994), das grutas naturais da Senhora da Luz (Cardoso et al., 1996b) do povoado das Salemas, da Gruta do Correio-Mor (Cardoso et al., 1996a), ou do povoado da Cabranosa (Cardoso et al., 1998).

Ainda que parte da discussão tenda a centrar-se, de forma algo redutora, em torno da defesa de modelos explicativos assentes na difusão démica ou na difusão cultural, os novos dados ampliam a cartografia da neolitização, e permitem rever a geografia, os modelos de povoamento, os equipamentos materiais, as estratégias de subsistência, e a personalidade cultural dos diferentes grupos envolvidos no processo.

No novo milénio, ou um novo lugar para o Neolítico Antigo

Na primeira década do novo milénio, a investigação em torno do Neolítico antigo, em Portugal, atinge uma etapa de efectiva maioridade. Defendem-se as primeiras teses de doutoramento, respectivamente na Universidade de Lisboa (Diniz, 2003; Calado, 2005), do Algarve (Carvalho, 2006) e do Porto (Monteiro-Rodrigues, 2008), que tratam especificamente o tema, e que são produzidas sobre contextos culturais que cobrem distintos pontos do território nacional, e para alguns dos quais não existia um discurso historiográfico prévio.

Estas dissertações são construídas segundo um modelo já clássico na arqueologia pré-histórica continental, que integra numa matriz claramente processual, e onde está bem documentada a perspectiva interdisciplinar, uma decisiva componente artefactual, utilizada agora numa lógica tecno-tipológica, que permite a construção de um discurso de natureza histórica, com a definição de entidades culturais en-

volvidas em processos de mudança, que operam em quadros espaciais e cronológicos concretos.

Nestes discursos, é variável o peso das conexões com o Mediterrâneo neolítico numa clara demonstração que a História tem geografias específicas e que o ponto de observação em que se encontra o autor não é indiferente na sua interpretação dos fenómenos pretéritos.

É também nesta primeira década do novo milénio que, a par dos palcos cada vez mais exigüos da arqueologia de investigação, se definem, enquanto fenómeno incontornável em Portugal, os contextos de acção da arqueologia empresarial. Vocacionada para situações de prevenção e/ou emergência, e portanto não conectada, mas também não condicionada pelas problemáticas, científicas e logísticas, que rodeiam a investigação, a arqueologia empresarial tem contribuído para uma efectiva ampliação da base de dados sobre o Neolítico antigo, tornando mais densa a mancha de povoamento desta etapa e ampliando a tipologia dos sítios conhecidos (eg., Valera, 2006; Muralha e Costa, 2004; Santos e Sobral, 2008; Aldeias e Gaspar, 2004).

Apesar da crescente investigação em torno do Neolítico antigo, o milénio abre com inúmeras questões em aberto, algumas das quais já enunciadas por Carlos Ribeiro, em 1880, e com problemáticas crónicas e de difícil resolução, nomeadamente em torno:

- do papel das sociedades de caçadores-recolectores e das modalidades de interacção entre grupos mesolíticos e neolíticos no desenrolar dos processos de neolitização;
- da registada escassez de matéria orgânica que, e por questões fundamentalmente tafonómicas, compromete definitivamente alguns campo de análise, entre os quais poderão estar o das práticas funerárias;
- da dissolução dos esquemas culturais do Neolítico antigo e os mecanismos de passagem ao Neolítico médio.

Em suma...

Na história da Arqueologia portuguesa, o Neolítico foi, quase sempre, encarado como uma etapa periférica, em grande medida porque a difícil identificação destes contextos, a escassa ou nula monumentalidade das estruturas e a simplicidade dos espólios tornava o tema menos atractivo, para uma comunidade mais atenta, ao nível da Pré-história, a outro tipo de realidades, como a dos concheiros mesolíticos, dos monumentos megalíticos, em particular na sua vertente funerária, das cerâmicas campaniformes, e a partir dos anos 80, dos povoados calcolíticos.

Ainda que muito escassa em alguns momentos, a investigação produzida acerca do Neolítico antigo reflecte, no entanto, os grandes quadros epistemológicos a que aderiu a ciência arqueológica.

A investigação em torno do Neolítico remonta à fase de implantação da Arqueologia científica em Portugal. A qualidade dos trabalhos produzidos nessa “Idade do Ouro”, e a adesão entusiástica da burguesia pensante ao Positivismo e ao Evolucionismo, que ditam o método de construção do Conhecimento e fornecem a teoria geral onde se enquadram os dados particulares, constituem sinais claros do esforço do Liberalismo para criar, em Portugal, uma classe ilustrada como existia em outros países da Europa moderna (Diniz e Gonçalves, 1994).

Mas algumas linhas estruturantes da sociedade lusa ditam a agonia rápida, no campo dos estudos sobre o Neolítico, desse momento de arranque. Os trabalhos arqueológicos, com escasso enquadramento institucional, dependem sobretudo da vontade dos indivíduos, e uma vez sepultada a primeira geração segue-se uma longa “travessia do deserto”, em que os oásis são, sobretudo, miragens...

Se a Arqueologia oitocentista é, fundamentalmente, uma arqueologia de seguidores e executores (Fabião, 1999, p., 101), mas cuja qualidade dos resultados é, segundo os padrões da época, inegável, a arqueologia histórico-culturalista, que se prolongou em Portugal até à década de 70, não cumpriu, em absoluto, o programa que lhe estaria destinado.

A Arqueologia continuou a ser, para a maior parte dos seus praticantes, e nas suas próprias palavras uma actividade que desenvolviam com grande esforço, nas escassas horas vagas que as suas profissões lhe permitiam, utilizando muitas vezes os seus próprios

meios financeiros. A par deste amadorismo, algumas instituições com responsabilidades oficiais na matéria não foram capazes de produzir para o Portugal pré-histórico um quadro geral de referenciação cronológica e cultural.

Portanto, quando os pré-historiadores portugueses aderem teoricamente à Nova Arqueologia não existiam dados disponíveis que permitissem responder aos novos inquéritos antropológicamente construídos. Como seria possível discutir, a propósito da passagem Mesolítico/Neolítico, as alterações do subsistema económico, num determinado quadro ambiental se, nesse momento, eram muito raros os sítios de habitat que se conheciam atribuíveis aos primeiros produtores de alimentos?

Por isso, nos finais de 70, inícios de 80, vários serão vários os arqueólogos que analisam e procuram seriar a informação existente apresentando, depois, programas de investigação orientados para a recolha de evidência que permitiria discutir as questões em aberto.

Mas, se a Arqueologia Processual, nas suas inúmeras linhas de acesso ao Passado, dominou, nas últimas décadas, o quadro teórico-metodológico de referência dos pré-historiadores nacionais, a sua efectiva aplicação ficou aquém da adesão que suscitou.

A Arqueologia Processual é uma arqueologia excessivamente dispendiosa para uma comunidade que, salvo excepções, vive, e viveu, em permanente sub-financiamento.

Pensar o Passado como um imenso laboratório onde está preservada a informação necessária, e ao alcance dos investigadores que reúnam os meios suficientes para a recuperar, é quase impossível em economias cronicamente deficitárias, e onde a investigação, no campo das ciências sociais e humanas, nunca foi prioritária.

No entanto, o discurso conheceu profundas alterações, e é evidente na bibliografia produzida, ao longo dos anos 80/90, o impacto da abordagem sistémica, e das propostas processuais, ao nível da análise dos componentes da cultura material, das paleo-economias, das paisagens e territórios, a tentativa de constituição de equipas interdisciplinares, e a orientação da pesquisa para resolução de problemas específicos.

Neste cenário, a introdução da Pós-modernidade e das arqueologias interpretativas não produziu efeitos significativos. Se, e sobretudo nos pontos que nos textos se dedicam à “discussão ou interpretação” dos dados, são visíveis sinais de uma outra linguagem, que

se pretende plural e aberta a outras narrativas, conferindo à negociação social, no Passado e no Presente, o papel antes desempenhado pelo desequilíbrio de algum sub-sistema, o Neolítico antigo em Portugal continua a ser objecto de uma análise, na sua estrutura interna, positivista.

Previsões para o futuro parecem hoje particularmente difíceis de desenhar, e se no campo da investigação nada se vislumbra que contrarie a atrofia dominante, no campo da arqueologia empresarial não são perceptíveis as consequências que possam advir da falência das economias neo-liberais e do protagonismo que o Estado pretenda assumir nesse processo.

Ao mesmo tempo, numa Europa artificialmente unida e onde são cada vez mais visíveis os sinais de descontentamento que conduzem às implosões das entidades políticas, as perspectivas que subjazem à investigação acerca do Neolítico poderão caminhar, simultaneamente, em duas direcções contraditórias:

- acentuando o carácter transregional e portanto socialmente aglutinador dos fenómenos de neolitização ou;

- enfatizando a diversidade regional e a especificidade dos trajectos de cada grupo específico,

- procurando ambas, no Passado, argumentos opostos para a legitimação dos seus projectos de Futuro.

Bibliografia

- Actas da 1ª Mesa Redonda "O Neolítico e o Calcolítico em Portugal". (1979). Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 3).
- ALDEIAS, V., GASPAS, R. (2004) – O sítio da Vala Real (Salvaterra de Magos, Santarém): contributo para o conhecimento do Neolítico antigo no Baixo Tejo. *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Algarve: Universidade do Algarve, p. 171-182.
- ARAÚJO, A. C. (1993) – A estação mesolítica do Forno da Telha (Rio Maior). In *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 1, p.15-45 (Trabalhos de Antropologia e Etnologia; 33:1-2).
- ARNAUD, J. M. (1982) - Néolithique ancien et le processus de neolithisation au Portugal. In *Actes du Colloque Néolithique Ancien*. Montpellier, p. 29-48. (Archéologie en Languedoc; n.º spécial).
- BAPTISTA, A. M. (1981) - *A rocha F-155 e a origem da arte do vale do Tejo*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. (Monografias Arqueológicas, 1).
- CALADO, M. (2005) – *Menires do Alentejo Central. Génes e Evolução da Paisagem Megalítica Regional*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Policopiada.
- CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O.V.; CARREIRA, J. R. (1996b) – O espólio arqueológico das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 195-256.
- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-história recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 47-144
- CARVALHO, A. F. (2002) – Current Perspectives on the Transition from the Mesolithic to the Neolithic in Portugal. In In BADAL, E., BERNABEU, J., MARTÍ, B., eds. - *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. Valencia: Universidade de Valencia, p.235-250 (Saguntum – Extra; 5).
- CARVALHO, A.F. (2007) – *A Neolitização do Portugal Meridional: os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve. Policopiada.
- CASTRO, L. A.; FERREIRA, O.V. (1972) – O nível neolítico da Gruta das Salemas (Ponte de Lousa). *Arqueologia e História*. 9ª Série, 4, p. 399 - 413 .
- CASTRO, L.A.; FERREIRA, O.V. (1959) – Vaso de tipo-neolítico do Alto da Toupeira – Lousa. In *I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 109-111.
- CORRÊA, A. M. (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas.
- CORRÊA, A. M. (1928) – Os Pre-celtas dos dolmens, das grutas e das cistas. *História de Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1, p. 114-212.
- CORRÊA, A. M.; TEIXEIRA, C. (1949) – *A jazida pré-histórica de Eira Pedrinha (Condeixa)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, (Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal).
- CÔRTEZ, V.; FURTADO, A.; FERREIRA, O.V.; MAURÍCIO, A.; MONTEIRO, J. A. (1972) – Dois vasos raros do Museu do Bombarral. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 82: 3-4, p. 231-236.
- DELGADO, J. F. N. (1867) - *Estudos geológicos: Da existência do homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas. Primeiro opúsculo: Notícia acerca das grutas da Cesareda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal (Memórias da Comissão Geológica de Portugal).
- DELGADO, J. F. N. (1884) - La grotte de Furninha a Peniche. In *IX Congrès International de Anthropologie et Archéologie Préhistorique*. Lisboa: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 207- 264.
- DINIZ, M. (1994) – *Acerca das cerâmicas do Neolítico antigo da gruta da Furninha (Peniche) e da problemática da neolitização do Centro/Sul de Portugal*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas à Faculdade de Letras de Lisboa. (policopiado).
- DINIZ, M. (2003) – *O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da Neolitização no Interior/Sul de Portugal*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Policopiada.
- DINIZ, M. (2007) – *O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da Neolitização no Interior/Sul de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 48)
- FABIÃO, C. (1996) – Archaeology and nationalism: some aspects of the portuguese case. In DÍAZ-ANDREU, M.; CHAMPION, T., eds. - *Nationalism and Archaeology in Europe*. Londres: University Colleague of London Press, p. 90-107.
- FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Almadan*. Almada. 2ª Série. 8, p. 86-108.
- FERREIRA, O. V. (1965) – Os pendentes de osso «canelados» do nível I da Gruta das Salemas (Ponte de Lousa). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 75, 1-4, p. 73-81.
- FERREIRA, O. V. (1969) – Acerca dos vasos globulares, com asas perfuradas e ornamentação em «falsa folha de acácia». In *I Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 229-237.
- FERREIRA, O. V. (1970) - A estação com cerâmica cardial da Ponta de Sagres (Algarve). *Arqueologia e História*. 9ª Série., 2, p. 347-359.
- FERREIRA, O. V.; CASTRO, L. A. (1967) – O povoado neo-eneolítico das Salemas (Ponte de Lousa). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 77, 1-2, p. 39-53
- FERREIRA, O. V.; LEITÃO, M. (1981) – *Portugal Pré-Histórico. Seu enquadramento no Mediterrâneo*. Lisboa: Europa-América.
- FORTEA PEREZ, J.; MARTÍ OLIVER, B. (1984-85) - Consideraciones sobre los inicios del Neolítico en el Mediterráneo español. *Zephyrus*. Salamanca. 37-38, p. 167-199.
- GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P.; SERRÃO, E. C. (1978) – A estação pré-histórica da Caramujeira: Trabalhos de 1975/76. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 35-72
- GONÇALVES, V. S. (1978a) - Para um programa de estudo do Neolítico em Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. 28-29, p. 147-162.
- GONÇALVES, V. S.; GUILAINE, J.; ARRUDA, M.; BARBAZA, M.; COULAROU, J.; GEDDES, D. (1987) - Le Néolithique ancien de l'Abri de Bocas I (Rio Maior, Portugal). In *Premières communautés paysannes en méditerranée occidentale*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, p. 673-680.

- GONÇALVES, V. S.; GUILAINE, J.; ARRUDA, M.; BARBAZA, M.; COULAROU, J.; GEDDES, D. (1987) - Le Néolithique ancien de l'Abri de Bocas I (Rio Maior, Portugal). In *Premières communautés paysannes en méditerranée occidentale*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, p. 673-680.
- GUILAINE, J.; FERREIRA, O., V. (1970) - Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 67:1, p. 304-322.
- HELENO, M. (1956) - Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Nova Série, 3, p. 221- 237
- LEISNER, V. (1983) - As diferentes fases do Neolítico em Portugal. *Arqueologia*. Porto. 7, p. 7-15.
- MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2008) - *Pensar o Neolítico Antigo - contributo para o estudo do Norte de Portugal entre o VII e o V milénio BC*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Porto. Policopiada.
- MURALHA, J., COSTA, C. (2004) - A ocupação neolítica da Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa). *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Algarve: Universidade do Algarve, p. 157-170.
- NATIVIDADE, M. V. (1899-1903)- Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do Homem. *Portugália*. Porto. I: 1-3, p. 433-474.
- PAÇO, A.; VAULTIER, M.; ZBYSZEWSKI, G. (1947) - Gruta da Nascente do Rio Almonda. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11, p. 171- 203
- RIBEIRO, C. (1884) - Les kjoekkenmoeddings de la Vallée du Tage. In *Compte-rendue du IX Congrès International de Anthropologie et Archéologie Préhistorique*. Lisboa: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 279-288.
- ROCHA, A. S. (1908) - Phases do neolithico em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 13: 7-12, p.193-201
- ROCHA, A. S. (1949) - *Memórias e explorações arqueológicas. Antiguidades Pré-históricas do concelho da Figueira da Foz*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1.
- SANTOS, F., SOBRAL, P. (2008) - O Sítio Neolítico da Defesa de Cima 2 (Torre de Coelheiros, Évora): Primeiros resultados. *Vipasca. Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, 2, 2ª s., p. 56-68.
- SANTOS, M. F. (1972) - *Pré-história de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.
- SAVORY, H. N. (1971) - *Espanha e Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo
- SERRÃO, E. C. (1959) - Cerâmica com ornatos a cores da Lapa do Fumo (Sesimbra). In *I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 337-358
- SERRÃO, E. C. (1979) - Sobre a periodização do Neolítico e Calcolítico do território português. In *Actas da 1ª Mesa Redonda "O Neolítico e o Calcolítico em Portugal"*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, p. 147-179 (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto; 3).
- SERRÃO, E. C.; MARQUES, G. (1971) - Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra). In *II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 121-149.
- SILVA, C. T. (1999) - Os Serviços Geológicos e o estudo do Neolítico antigo em Portugal. *Al-madan*. 2ª Série. 8, p. 161-168.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1981) - *Pré-História da área de Sines: trabalhos arqueológicos*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1979) - Alguns aspectos do Neolítico antigo do Alentejo Litoral. In *Actas da 1ª Mesa Redonda "O Neolítico e o Calcolítico em Portugal"*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, p. 9-50 (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto; 3).
- VALERA, A.C. (2006) - O Neolítico da desembocadura do Paleo Estuário do Tejo: dados preliminares do Palácio dos Lumiães (Bairro Alto, Lisboa). *Era Arqueologia*. Lisboa: Era Arqueologia/Colibri, 7, p. 86-108.
- VASCONCELLOS, J. L. (1897) - *Religiões da Lusitania*. Lisboa: Imprensa Nacional, 3 vols.
- VILAÇA, R. (1988) - *Subsídios para o estudo da Pré-História recente do Baixo Mondego*. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 5.
- ZBYSZEWSKI, G. (1963) - A importância das grutas em Pré-história. *Boletim da Sociedade de Geografia*. Lisboa. p. 31-50.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O.V.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J. (1981) - Nouvelles données sur le Néolithique Ancien de la station à céramique cardiale de Sagres (Algarve). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 67:2, p. 301-311.
- ZILHÃO, J. (1988) - Nouvelles datations absolues pour la préhistoire ancienne du Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 85: 8, p. 247-250.
- ZILHÃO, J. (1992) - *Gruta do Caldeirão: O Neolítico antigo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia 6).
- ZILHÃO, J. (1993) - The Spread of Agro-Pastoral Economies across Mediterranean Europe: a view from the Far West. *Journal of Mediterranean Archaeology*. Sheffield. 6:1, p. 5-63.
- ZILHÃO, J. (1997) - *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 2 vols.
- ZILHÃO, J. (1998) - A passagem do Mesolítico ao Neolítico na Costa do Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 27-44.



Associação dos Arqueólogos Portugueses

